



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de 01 (um) veículo Ambulância Tipo A - Simples Remoção para a Secretaria de Saúde do Município de Paranhos/MS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN MED.	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO TIPO A (DESCRIÇÕES MINIMAS): Veículo furgão original de fábrica, 0 km, adap. p/ AMB SIMPLES REMOÇÃO, TIPO FURGÃO; DE TETO ALTO, na cor: branca, com cap. Vol. não inferior a 7 metros cúbicos no total. Compr. total mín. 4.740 mm; Comp. mín. do salão de atend. 2.500 mm; Al. Int. mín. do salão de atend. 1.540 mm; Diesel; Equipado c/ todos os equip. de série não especificados e exigidos pelo CONTRAN; A estrutura da cabine e da carroceria será original, construída em aço. O painel elétrico interno, deverá possuir 2 tomadas p/ 12V (DC). As tomadas elétricas deverão manter uma dist. mín. de 31 cm de qualquer tomada de Oxigênio. A ilum. do comp. de atend. deve ser de 2 tipos: Natural e Artificial, deverá ser feita por no mín. 4 luminárias, instaladas no teto, c/ diâmetro mín. de 150 mm, em base estampada em alumino ou injetada em plástico em modelo LED. A iluminação ext. deverá contar c/ holofote tipo farol articulado reg. manualmente na parte traseira da carroceria, c/ acionamento independente e foco direcional ajustável 180º na vertical. Possuir 1 sinalizador principal do tipo barra linear ou em formato de arco ou similar, c/ módulo único; 2 sinalizadores na parte traseira da AMB na cor vermelha, c/ freq. Mín. de 90 flashes por minuto, quando acionado c/ lente injetada de policarbonato. Podendo utilizar um dos conceitos de Led. Sinalizador acústico c/ amplificador de pot. Mín. de 100 W RMS @13,8 Vcc, mín. de 3 tons distintos, sist. de megafone c/ ajuste de ganho e pressão sonora	UN	1	359.797,50	359.797,50



<p>a 1 m. de no mín. 100 dB @13,8 Vcc; Sist. de rádio-comunicação em contato permanente com a central reguladora. Sist. fixo de Oxigênio (rede integrada): contendo 1 cilindro de oxigênio de no mín. 16l. Em suporte individual, com cintas reguláveis e mecanismo confiável resistente a vibrações, trepidações e/ou capotamentos, possibilitando receber cilindros de capacidade diferentes, equipado c/ válvula pré-regulada p/ 3,5 a 4,0 kgf/cm² e manômetro; Na região da bancada, possui uma régua e fluxômetro, umidificador p/ O₂ e aspirador tipo venturi, c/ roscas padrão ABNT. Conexões IN/OUT normatizadas pela ABNT. A climatização do salão deverá permitir o resfr/aquec. O compart. do motorista deverá ser fornecido c/ o sist. original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica p/ ar condicionado, ventilação, aquecedor e desembaçador. P/ o compart. paciente, deverá ser fornecido original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica um sist. de Ar Condicionado, c/ aquecimento e ventilação tipo exaustão lateral nos termos do item 5.12 da NBR 14.561. Sua capacidade térmica deverá ser com mín. de 25.000 BTUs e unidade condensadora de teto. Maca retrátil, com no mín. 1.900 mm de compr., com a cabeceira voltada para frente; c/ pés dobráveis, sist. escamoteável; provida de rodízios, 3 cintos de segurança fixos, que permitam perfeita segurança e desengate rápido. Acompanham: colchonete. Balaústre, com 2 pega-mão no teto do salão de atendimento. Ambos posicionados próximos às bordas da maca, sentido traseira-frente do veículo. Confeccionado em alumínio de no mín. 1 polegada de diâmetro, com 3 pontos de fixação no teto, instalados sobre o eixo longitudinal do comp. através de parafusos e c/ 2 sist. de suporte de soro deslizável, devendo possuir 02 ganchos cada para frascos de soro. Piso: ser resistente a tráfego pesado, revestido com material tipo vinil ou PRFV (plástico resistente de fibra de vidro) ou similar em cor clara, de alta resistência,</p>				
---	--	--	--	--



lavável, impermeável e antiderrapante. Armário em um só lado da viatura (lado esquerdo). As portas dotadas de trinco para impedir a abertura espontânea das mesmas durante o deslocamento. Armário tipo bancada para acomodação de equipamentos com batente frontal de 50 mm, para apoio de equipamentos e medicamentos, com aproxim. 1 m de comprimento por 0,40 m de profundidade, com uma altura de 0,70m; Fornecimento de vinil adesivo para grafismo do veículo, composto por (cruzes) e palavra (ambulância) no capô, vidros laterais e traseiros; bem como, as marcas do Governo Federal, SUS e Ministério da Saúde.				
---	--	--	--	--

VALOR TOTAL: R\$ 359.797,50

1.2. O bem objeto desta contratação é caracterizado como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos através de especificações usuais de mercado.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 46/2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A presente demanda não se encontra prevista no Plano de Contratações Anual – PCA vigente, tendo em vista que o referido plano foi elaborado em momento anterior à identificação da necessidade atual da Secretaria Municipal de Saúde.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Características gerais do veículo

4.1.1. O veículo de transporte sanitário deverá atender integralmente às normas técnicas da ABNT, CONTRAN e demais legislações aplicáveis, sendo novos, sem uso anterior, em perfeitas condições de funcionamento, garantindo total segurança e confiabilidade no transporte de pacientes

4.1.2. Deverá atender aos requisitos mínimos de segurança, conforto, acessibilidade e funcionalidade, possuir equipamentos obrigatórios conforme a categoria (ambulância, van, micro-ônibus e veículo leve), sinalização visual e sonora regulamentada, além de identificação externa padronizada para o caso das ambulâncias.

4.1.3. O veículo objeto deverá ser ofertado e entregue na cor branca, devida a padronização do município em relação a ambulâncias, que desempenham trabalho em saúde no município.

4.1.4. O veículo deverá ser fabricado por montadoras devidamente registradas e certificadas junto aos órgãos competentes (INMETRO, DENATRAN e ANFAVEA), devendo o fornecedor comprovar autorização comercial ou representação legítima da marca.

4.1.5. Deverá possuir ano de fabricação igual ou superior ao da contratação, e garantia mínima de 12 meses, abrangendo peças e mão de obra, com assistência técnica disponível no Estado de Mato Grosso do Sul.

4.1.6. O fornecedor deverá dispor de rede de concessionárias ou oficinas autorizadas para manutenção e revisão dentro do Estado de Mato Grosso do Sul, em distância máxima de 500 km do Município.

4.1.7. O veículo deverá ser entregue com manual do proprietário, termo de garantia, chave reserva, equipamentos obrigatórios de fábrica e toda documentação completa.

4.1.8. Todos os veículos deverão apresentar conformidade com as normas de segurança veicular, ambientais e sanitárias vigentes, devendo ser rejeitados os itens que apresentarem defeitos de fabricação, irregularidades mecânicas, avarias, falta de equipamentos obrigatórios ou não conformidade técnica.

4.2. Condições de entrega

Os veículos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso e funcionamento.

O fornecimento deverá incluir emplacamento, licenciamento, IPVA quitado e seguro obrigatório (DPVAT), em nome da Prefeitura Municipal de Paranhos-MS.

4.3. Sustentabilidade

A contratação deverá observar, sempre que possível, critérios de sustentabilidade, considerando a redução de impactos ambientais e a promoção do uso racional de recursos públicos. Nesse sentido, a aquisição de veículos novos contribui para maior eficiência energética e menor



emissão de poluentes quando comparados a veículos mais antigos ou com elevado desgaste de uso.

Além disso, os veículos deverão estar em conformidade com as normas ambientais vigentes e com os padrões de controle de emissão estabelecidos pelos órgãos competentes. A utilização de veículos com tecnologia atualizada e motorização flex também possibilita maior flexibilidade no uso de combustíveis e contribui para a melhoria do desempenho ambiental da frota pública.

Dessa forma, a contratação busca alinhar a necessidade operacional da Secretaria Municipal de Saúde com práticas que promovam maior eficiência, redução de impactos ambientais e uso responsável dos recursos públicos.

4.4. Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5. Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.6. Exigência de Catálogo

A presente contratação tem por objeto a aquisição de uma ambulância para a Secretaria de Saúde. Embora o Termo de Referência descreva de forma clara as especificações técnicas mínimas exigidas (medidas, índice de carga, índice de velocidade, tipo de construção, aplicação, capacidade de rodagem, certificações obrigatórias, entre outras), a experiência prática demonstra que a simples descrição textual pode não ser suficiente para afastar divergências interpretativas entre a proposta apresentada pelo fornecedor e a real necessidade da Administração. Dessa maneira, deverá ser encaminhado o Catálogo com a proposta vencedora.

4.7. Requisito de Transporte

Considerando que o objeto da presente contratação consiste na aquisição de veículo tipo ambulância, 0 km, o transporte até o Município deverá ser realizado pela contratada, em veículo apropriado, garantindo que a entrega ocorra sem danos, avarias ou uso indevido, preservando as condições originais de fábrica.

O transporte deverá ser realizado de forma segura, podendo ocorrer por meio de caminhão plataforma, cegonha ou outro meio adequado ao transporte de veículos novos, sendo vedada a utilização do veículo objeto da contratação para deslocamento rodando por longas distâncias antes da entrega oficial, salvo quando estritamente necessário para fins de embarque, desembarque ou testes obrigatórios.

O veículo deverá ser entregue no Município devidamente revisado, limpo, em perfeitas condições de uso, acompanhado de todos os acessórios, equipamentos obrigatórios, manuais, certificados e documentos necessários para emplacamento e regularização.



5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da emissão da requisição de serviço pelo setor competente em remessa única
- 5.2. O veículo deverá ser 0 (zero) km, deverá incluir emplacamento, licenciamento, IPVA quitado e seguro obrigatório (DPVAT), em nome da Prefeitura Municipal de Paranhos-MS.
- 5.3. A entrega deverá ocorrer sem qualquer custo adicional de frete ou taxas para o Município, sendo de inteira responsabilidade da contratada a entrega do veículo no local indicado.
- 5.4. Caso não seja possível a entrega no prazo assinalado, a empresa deverá comunicar formalmente, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, as razões do atraso, para que eventual prorrogação de prazo seja analisada pela Administração, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior.
- 5.5. Os veículos deverão ser entregues no seguinte endereço:
- 5.5.1. Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua João Ponce de Arruda, nº 2383, Centro, no Município de Paranhos/MS.
- 5.5.2. De segunda a sexta-feira, das **07:00 às 11:00 horas** e das **13:00 às 17:00 horas**.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.6. O veículo deverá possuir garantia mínima de fábrica de 12 (doze) meses, conforme previsto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e nas condições estabelecidas pelo fabricante.
- 5.7. A garantia será prestada com vistas a manter o veículo em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante, incluindo reparos decorrentes de defeitos de fabricação.
- 5.8. A garantia abrange a realização de manutenção corretiva pelo Contratado ou pela rede autorizada do fabricante, localizada no Estado de Mato Grosso do Sul em distância máxima de 500 km do Município, compreendendo ajustes, reparos e substituição de peças defeituosas.
- 5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação do veículo.
- 5.10. Uma vez notificado, o Contratado deverá providenciar, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a retirada do veículo ou o agendamento do atendimento em concessionária ou oficina autorizada para reparo, sem qualquer custo ao Contratante.
- 5.11. Caso o veículo precise permanecer em manutenção por período superior a 15 (quinze) dias úteis, o Contratado deverá apresentar justificativa formal e, se possível, disponibilizar veículo similar para uso provisório, de forma a não comprometer a continuidade dos serviços de saúde.
- 5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento pelo Contratado ou sem justificativa aceita pelo Contratante, este poderá contratar empresa diversa para execução dos reparos, cobrando do Contratado o reembolso dos custos, sem prejuízo da garantia do veículo.



5.13. Todos os custos com transporte, deslocamento ou remoção do veículo para execução da garantia serão de responsabilidade exclusiva do Contratado.

5.14. A garantia legal ou contratual do objeto terá prazo próprio, desvinculado do contrato, e o descumprimento de suas condições sujeitará o Contratado às penalidades previstas, mesmo após o término da vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.6.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.6.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.



6.7. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.7.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, tomando as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.11. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta ou com evidências de mau uso, avarias, defeitos ou quilometragem superior a 100



km (quilometragem decorrente apenas de testes de fábrica e deslocamento), devendo ser substituído por outro 0 km, às expensas da contratada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação da Administração.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação técnica da conformidade do veículo com as especificações do Termo de Referência, funcionamento dos equipamentos e acessórios, e assinatura do termo de recebimento definitivo.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais, inclusive vistorias técnicas.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez, segurança e conformidade do veículo, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;



7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.13. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 359.797,50 (trezentos e cinquenta e nove mil, setecentos e novena e sete reais e cinquenta centavos)**, conforme custos unitários apostos.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

FICHA 455

10 302 0010 2039 0000 MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

1.500.1002. 000 000

FICHA 542

10 302 0010 2039 0000 MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

1.631.3110 000.000

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Paranhos/MS, 20 de março de 2026.



ELABORADO POR

ELABORADO POR

LUCAS MATHEUS VIEIRA ROCHA
Superintendente
Matricula nº 3159902

ALEXANDRE PEREIRA DA ROSA
Superintendente
Matricula nº 51142

AUTORIZADO POR

PATRICIA SANDER BIESEK
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAUDE